

**MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE**

**DATA: 21/02/06– HORÁRIO: 13:30 HRS. – LOCAL: Sala de Reuniões /SETP**

**Participantes**

<b>SETP</b>	<b>COGEMAS</b>
Denise Arruda Colin	Cristina N. M. Sobreira
Lenir Aparecida Mainardes da Silva	Maria do Carmo Abreu
Maria Iolanda de Oliveira	Neuza Heuko Swarowski
	Luis Aparecido Roncon
	Suzie A. Pucillo Zanatta
	Thaís Pasqualin

**Representantes da Secretaria Técnica**

Maysa Nuermberg de V. Costa

Kellen Cristina Dalcin

Maria Leonor L. Zanella

Rosely Lemos

Ana Maria Macedo

Márcia Mazzarotto

**Convidados**

Carmem Lúcia Silva Cunha

Elisangela A. Tomba

Evanilda R. P. de Oliveira

Kelli Regina Albanese

Leticia Raymundo

Sandra C. K. Busnello

Simone Ferrari

**Pauta:**

- Aprovação da memória da reunião do dia 13/12/2005;
- Apreciação da minuta da CIT – Regimento Interno da CIB;
- Aprovação do pré-calendário de reuniões para o ano de 2006;
- Apreciação do Relatório de Gestão Estadual da Assistência Social – SETP/2005;
- Apresentação de proposta de instrumento de monitoramento e avaliação;
- Apresentação do quadro de habilitações;

- Discussão sobre a utilização de recursos da Proteção Social Básica;
- Discussão sobre o artigo 3º da LOAS;
- Ampliação dos recursos dos Programas Federais.
- **Informes:**
  - Pactuações / resoluções da CIT;
  - Apresentação dos novos membros da Secretaria Técnica da CIB;
  - Site da CIB;
  - Apresentação da logo marca da CIB/PR.

1 Denise Arruda Colin, coordenadora da CIB, inicia a reunião desejando  
2 boas vindas aos participantes da primeira reunião do ano, afirmando que a  
3 partir das novas regras da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, a CIB se  
4 imbuí de inúmeras atribuições. Após confirmar o quorum mínimo para o início  
5 da reunião, Denise deseja um bom trabalho a todos os presentes.

6 Em seguida, a coordenadora da CIB realiza a leitura da pauta, e com  
7 relação ao item da minuta padrão da CIT para o regimento interno da CIB,  
8 afirma que Carmem Lúcia Silva Cunha e Fernanda Bernardi Vieira Richa  
9 representam o estado do Paraná na CIT. Denise comenta que elas  
10 representam o COGEMAS/PR e um elo sistemático entre a CIT e a CIB.

11 Ainda sobre a CIT, Denise comunica que a região sul terá representação  
12 de gestores estaduais, indicando um estado e que será definido no próximo  
13 Fórum de Secretários de Assistência Social, consolidando uma proximidade  
14 considerada fundamental.

15 Denise comenta sobre a minuta padrão de regimento interno proposta  
16 para a CIB. A intenção é padronizar o formato de funcionamento e composição  
17 homogênea para todos os estados. A adequação deve ser feita, já que a partir  
18 da NOB/SUAS a composição da CIB se altera.

19 Houve inclusão na pauta, no que se refere à discussão sobre a utilização  
20 de recursos da Proteção Social Básica e do artigo 3º da LOAS.

21

## 22 **Aprovação da memória da reunião do dia 13/12/2005**

23 Houve alteração na memória da reunião anterior. Márcia Mazarotto  
24 solicita que seja retirado a palavra “novamente” da frase em que se refere ao  
25 documento enviado ao COGEMAS. Assim sendo, fica pactuada a memória da  
26 reunião do dia 13/12/2005.

27

28 **Apreciação da minuta da CIT – Regimento Interno da CIB**

29 Márcia Mazarotto encaminhou um ofício do COGEMAS – PR, solicitando  
30 a criação de uma comissão para estudo e aprovação do Regimento Interno  
31 conforme minuta padrão elaborado pela CIT. Foi sugerido que essa comissão  
32 de estudos fosse nos moldes de uma Câmara Técnica.

33 Montou-se então a comissão para o estudo, sendo composta por:  
34 Leandro Nunes Meller (Assessor Jurídico), Denise A. Colin (Coordenadora da  
35 CIB), Kellen C. Dalcin, Maysa Costa, Rosely Lemos e Maria Leonor L. Zanella  
36 (Membros da Secretaria Técnica). A reunião da Câmara Técnica, portanto, foi  
37 agendada para o dia 28/03 às 09:00hs, sendo o dia 27/03 o último prazo para o  
38 envio de sugestões para tal Comissão.

39 Será encaminhado para o COGEMAS a minuta do Regimento Interno  
40 para repasse aos municípios para apreciação, e após as sugestões e  
41 alterações, será novamente encaminhado aos municípios.

42

43 **Aprovação do pré-calendário de reuniões para o ano de 2006**

44 Foi pactuado o calendário de reuniões da CIB para o ano de 2006.

45

<b>CALENDÁRIO – CIB 2006</b>				
<b>ABRIL</b>	<b>JUNHO</b>	<b>AGOSTO</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>DEZEMBRO</b>
25	27	22	24	12

46

47 **Apreciação do Relatório de Gestão Estadual da Assistência Social –**  
48 **SETP/2005**

49 Denise esclarece que o Relatório de Gestão do Estado aponta apenas  
50 as ações de co-financiamento das ações federais e estaduais, já que os  
51 municípios deverão encaminhar diretamente ao Governo Federal um relatório  
52 das ações municipais.

53 Acrescenta que a discussão sobre a criação de um Sistema de  
54 Informação para alocar as informações municipais já foi encaminhada para a  
55 CIT, e de fato haverá a criação do Sistema que conterà o Plano Plurianual e o  
56 Relatório de Gestão dos municípios, além de outros instrumentos de gestão.

57 Denise complementa que para a criação desse instrumento o Ministério de  
58 Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS está utilizando modelos já  
59 existentes nos municípios e estados, como por exemplo, o que o estado do  
60 Paraná utiliza, com o objetivo de desenvolver este instrumento de forma mais  
61 estruturada.

62 Foi encaminhado aos membros via email, com antecedência, o Relatório  
63 de Gestão do estado, porém segundo Márcia Mazarotto, não houve o  
64 recebimento por parte dos COGEMAS. Assim sendo, foi entregue aos  
65 membros titulares, uma cópia em CD do instrumento. Mesmo com cópia  
66 entregue em CD, o Relatório de Gestão estará disponível no site da SETP, no  
67 link da CIB. Denise alerta sobre o cuidado para com o fluxo de informações,  
68 para que isso não ocorra novamente.

69 Devido ao ocorrido, foi apresentado o Relatório de Gestão, e os  
70 membros tem até 07/03 para encaminhar sugestões de alterações à Secretaria  
71 Técnica. Tais sugestões serão incluídas na análise das comissões do CEAS,  
72 que fará a apreciação do relatório e o integral, de posicionamento da CIB e  
73 introduzirá outras sugestões, para proceder a aprovação ou desaprovação.

74

#### 75 **Apresentação de proposta de instrumento de monitoramento e avaliação**

76 Foi entregue uma cópia do instrumento para os membros e apresentado  
77 pela coordenadora da CIB, a qual afirma que o mesmo não precisa ser  
78 pactuado nesta reunião, pois é apenas uma proposta. Esse instrumento terá  
79 itens migrados do Relatório de Gestão e do Plano Municipal de Assistência  
80 Social adotados pelo Estado do Paraná.

81 A construção do instrumento se deu devido a preocupação geral da  
82 necessidade de monitoramento dos municípios que se habilitaram aos níveis  
83 de gestão, acompanhando a efetivação das adequações, entendendo que  
84 compete a CIB e ao gestor estadual essa atribuição para viabilizar orientações  
85 de reordenamento quanto ao nível de habilitação.

86 Em princípio, a proposta de fluxo prevê que primeiramente o município  
87 receba e preencha o instrumento, em seguida, ocorra a visita do Escritório  
88 Regional "in loco" para validar ou não as informações nele contidas,  
89 acompanhada de parecer técnico do Escritório Regional e posteriormente,  
90 enviadas à CIB para pactuação.

91 A periodicidade do instrumento seria de uma vez durante o período de  
92 gestão municipal, conforme indicativos da CIT e CIB. Houve a sugestão de que  
93 o instrumento fosse aplicado na metade da gestão, ou seja, a cada dois anos,  
94 iniciando em 2006.

95 Foram levantadas várias questões em relação a semelhança entre o  
96 instrumento e o Plano Municipal e o Relatório de Gestão. Assim sendo, Denise  
97 propõe uma Câmara Técnica para rever o instrumento de monitoramento e  
98 avaliação, seu fluxo e periodicidade, com a presença de técnicos do IPPUC ou  
99 do IPARDES, se possível.

100 Ficou em aberto a composição da Câmara Técnica e a data da reunião.

101

### 102 **Apresentação do quadro de habilitações**

103 A secretária técnica da CIB, Maysa, fez a leitura do quadro de  
104 habilitações com as respectivas sugestões, de deferimento ou de  
105 indeferimento. Dezoito municípios pleitearam a habilitação referente a regra de  
106 transição, dentre eles oito foram habilitados em gestão básica, três habilitados  
107 em gestão plena e sete foram indeferidos. Quatro municípios pleitearam  
108 habilitação na nova regra da NOB/SUAS, porém todos foram indeferidos.

109 O quadro de sugestão de habilitações foi pactuado:

<b>SUGESTÃO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO (Pleitos enviados a partir de 13/12/05 até 31/12/05- regra de transição)</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>SITUAÇÃO</b>	<b>ANÁLISE</b>
Araruna	Pleito à Básica	Habilitado em Básica
Atalaia	Pleito à Básica	Indeferido
Bandeirantes	Pleito à Básica	Habilitado em Básica
Colorado	Pleito à Plena	Habilitado em Plena
Cornélio Procópio	Pleito à Plena	Habilitado em Plena
Foz do Iguaçu	Pleito à Básica	Indeferido
Guarapuã	Pleito à Básica	Indeferido
Iracema do Oeste	Pleito à Básica	Habilitado em Básica
Itambaracá	Pleito à Básica	Habilitado em Básica
Matinhos	Pleito à Básica	Indeferido
Nova Esperança	Pleito à Plena	Habilitado em Plena
Nova Santa Bárbara	Pleito à Básica	Habilitado em Básica
Palmeira	Pleito à Básica	Indeferido
Perobal	Pleito à Básica	Indeferido
Santa Amélia	Pleito à Básica	Habilitado em Básica
São Jerônimo da Serra	Pleito à Básica	Habilitado em Básica
São Sebastião da Amoreira	Pleito à Básica	Habilitado em Básica

Tibagi	Pleito à Básica	Indeferido
<b>SUGESTÃO DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO (Pleitos enviados a partir de 01/01/06 e analisados conforme NOB 2005 – regra nova)</b>		
Jacarezinho	Pleito à Básica	Indeferido
Ribeirão Claro	Pleito à Básica	Indeferido
Rio Negro	Pleito à Básica	Indeferido
Ibaiti	Pleito à Básica	Indeferido

110

111 **Discussão sobre a utilização de recursos da Proteção Social Básica**

112 Ana Macedo registra uma reflexão sobre a orientação e monitoramento  
113 da documentação referente a habilitação, já que muitos municípios estão tendo  
114 dificuldades para cumprir as exigências e critérios dos documentos  
115 comprobatórios.

116 Denise comunica que haverá capacitações quanto a implantação dos  
117 CRAS, uma das dificuldades dos municípios.

118 Simone Ferrari e Ana Macedo questionam que muitos municípios  
119 habilitado, recebem os recursos e possuem dificuldade em utilizá-los. Para  
120 aprimorar o entendimento, será elaborado um expediente com relação a  
121 utilização de recursos, para ser enviado ao MDS, solicitando o detalhamento  
122 dos elementos de despesas baseado nas portarias já publicadas e a orientação  
123 para gastos em relação aos municípios. Além deste encaminhamento, será  
124 solicitado agilidade na publicação das regulamentações e, se possível, que  
125 ocorra uma reunião com representantes do próprio MDS, CIB, CIT e SETP.

126 A gestora municipal de Rio Negro argumenta que existe falha nos  
127 encaminhamento de informações do Escritório Regional para com os  
128 municípios, onde muitas orientações são repassadas somente verbalmente,  
129 ficando assim, o município desenformado referente a utilização de recursos.

130

131 **Discussão sobre o artigo 3º da LOAS**

132 A proposta do CNAS para regulamentação do art. 3º da LOAS deixa  
133 explícita a proibição da cobrança de qualquer taxa de contribuição do usuário  
134 do serviço, para uma entidade ser considerada de Assistência Social.

135 Entretanto, o art. 35 do Estatuto do Idoso, prevê que as “entidades  
136 filantrópicas”, entendidas como beneficiárias, podem cobrar até 70 % de  
137 qualquer benefício assistencial ou previdenciário percebido pelo idoso.

138 Concluí-se que há uma contradição, já que para receber o Certificado de  
139 Entidade Beneficiária de Assistência Social é necessária a prévia inscrição do  
140 CMAS.

141 A cobrança de contribuição realizada especialmente pelas ILPIS,  
142 correspondente à 70% do BPC ou outro benefício, auxilia na manutenção do  
143 idoso na entidade. Se houver proibição da cobrança, este custeio acabará  
144 sendo remetido ao município. Solicita-se que a CIB remeta a questão à CIT.

145

#### 146 **Ampliação dos recursos dos Programas Federais**

147 Lenir Aparecida Mainardes questionou sobre os ofícios enviados pelos  
148 municípios à Secretaria Técnica da CIB, em relação a ampliação dos recursos  
149 dos programas federais: Agente Jovem, PETI, CRAS e Sentinela, sendo que a  
150 CIB não tem poder de decisão para esses recursos. A dúvida levantada é se a  
151 CIB pode responder oficialmente informando os critérios para cada uma das  
152 solicitações. Foi decidido que a CIB encaminhará um pedido para a CIT como  
153 demanda do Estado a respeito de todos os programas federais, a ser  
154 encaminhado a todos os municípios.

155

#### 156 **INFORMES:**

##### 157 • **Pactuações / resoluções da CIT**

158 Foi entregue para todos os participantes da reunião as Resoluções da CIT  
159 (06/2006; 07/2006; 08/2006; 09/2006).

160

##### 161 • **Apresentação dos novos membros da Secretaria Técnica da CIB**

162 Foi apresentado aos participantes, os novos membros da composição da  
163 Secretaria Técnica da CIB, Maysa Costa e Kellen C. Dalcin.

164

##### 165 • **Site da CIB**

166 Maysa informou que o site está desatualizado, pois a responsabilidade da  
167 manutenção do site passou a ser da Secretaria Técnica, e para essa ter  
168 acesso, é necessário primeiramente o cadastro de todos membros da CIB.  
169 Assim sendo, foi entregue aos membros uma ficha para preenchimento dos  
170 dados necessários. Para os membros que não compareceram, Márcia

171 Mazarotto ficou responsável de encaminhar a ficha de cadastro para  
172 repassar posteriormente à CIB.

173

174 • **Apresentação da Logomarca da CIB/PR**

175 Foi apresentada a logo marca da CIB/PR, sendo sua pactuação na próxima  
176 reunião.

177

178 A reunião encerrou-se com a coordenadora da CIB registrando o convite  
179 feito pelo COGEMAS para o Encontro Nacional do CONGEMAS, a ser  
180 realizado nos dias 26 a 28 de abril em Joinville/SC.